

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.963 - PR (2019/0300561-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
VANIA MARIA FORLIN - PR011932
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : EDIVALDO CARNEIRO DE ARAUJO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de EDIVALDO CARNEIRO DE ARAUJO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná proferido no Agravo em Execução n.º 0004070-80.2019.8.16.0064.

Consta dos autos que o Juízo da Vara de Execução em Meio Aberto da Comarca de Castro/PR impôs ao Paciente as seguintes condições ao regime aberto (fl. 11):

"a) *Comprovar a obtenção de ocupação lícita, no prazo máximo de 30 dias ou justificar, de forma concreta, a impossibilidade de obtenção.*

b) *Enquanto não comprovado o exercício de atividade lícita remunerada, deverá comparecer perante o Conselho da Comunidade, de segunda a sexta, das 9h às 18h e permanecer em sua residência nos demais períodos. Caso comprove o exercício de atividade lícita remunerada, deverá comprovar tal fato, MENSALMENTE, junto ao Conselho da Comunidade e recolher-se em sua residência nos períodos em que não estiver trabalhando;*

c) *Declarar o exato endereço em que poderá ser encontrado e não se mudar do referido local sem prévia solicitação expressa a este Juízo;*

d) *Não ingerir bebidas alcóolicas ou freqüentar bares, boates, casas de jogo e prostituição ou luars semelhantes."*

Diante disso, a Defesa interpôs agravo em execução, que foi desprovido pelo Tribunal de origem, em acórdão assim ementado (fl. 22):

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DA PENA NO REGIME ABERTO. PLEITO DE AFASTAMENTO DE OBRIGAÇÃO ESTABELECIDADA PELO JUÍZO A QUO, CONSISTENTE NO COMPARECIMENTO PROVISÓRIO DO REEDUCANDO PERANTE O CONSELHO DA COMUNIDADE, ENQUANTO NÃO COMPROVAR OCUPAÇÃO LÍCITA. DESACOLHIMENTO. CONDIÇÃO QUE NÃO SE CONFUNDE COM PENA SUBSTITUTIVA

Superior Tribunal de Justiça

DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. MEDIDA TEMPORÁRIA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À SÚMULA N.º 493 DO STJ. MEDIDA ADEQUADA AO CASO EM COMENTO. RECURSO DESPROVIDO."

Nas razões do writ, a Impetrante sustenta que o estabelecimento do comparecimento diário ao Conselho da Comunidade como condição do regime aberto "se trata de autêntica estipulação de pena substitutiva ao regime, qual seja, a prestação de serviços à comunidade, junto ao Conselho da Comunidade de Castro, fato este que afronta a Súmula 493 do STJ" (fl. 6).

Aduz que "o fato de o reeducando permanecer cinco dias por semana, por oito horas diárias no Conselho da Comunidade, de forma não remunerada, guarda semelhança com a prestação de serviços à comunidade, descrita no artigo 43, inciso IV, do Código Penal, sendo classificada como pena restritiva de direitos, conforme artigo 44 do mesmo diploma legal" (fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, seja afastada "a necessidade de cumprimento da condição de comparecimento e permanência do apenado ao Conselho da Comunidade de Castro" (fl. 10).

É o relatório. Passo a decidir o pedido urgente.

Em juízo de cognição sumária e prelibatória, não reputo configurado um dos requisitos para o deferimento da medida urgente requerida, qual seja, o *fumus boni iuris*, porque o Tribunal de origem ressaltou que, na espécie, que "o comparecimento temporário do apenado ao Conselho da Comunidade, enquanto não comprovar ocupação lícita remunerada, portanto em caráter temporário, se mostra medida razoável e adequada ao caso concreto, já que além de fiscalizar o cumprimento das demais obrigações e evitar que o reeducando permaneça ocioso, fornece a ele amparo, orientação e capacitação profissional, enquanto não obtém atividade laboral lícita" (fl. 24).

Essa orientação, ao que parece, ajusta-se à jurisprudência desta Corte. A propósito:

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO AO REGIME ABERTO MEDIANTE CONDIÇÕES. COMPARECIMENTO DIÁRIO DO REEDUCANDO PERANTE O CONSELHO DA COMUNIDADE, ENQUANTO NÃO COMPROVADA OCUPAÇÃO LÍCITA. CONDIÇÃO ESPECIAL PARA A CONCESSÃO

Superior Tribunal de Justiça

DO REGIME ABERTO. ART. 115, I, DA LEP. POSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.

1. A teor da Súmula 493/STJ, é lícito ao juiz estabelecer condições especiais para a concessão do regime aberto, em complementação àquelas previstas no art. 115 da LEP, desde que as condições não estejam classificadas como pena substitutiva (art. 44 do CP), evitando-se o vedado bis in idem.

2. A exigência de que o apenado compareça ao Conselho da Comunidade e lá permaneça durante o dia, enquanto não comprovar o exercício de atividade lícita remunerada, para que receba orientação e capacitação profissional, não caracteriza prestação de serviços à comunidade ou qualquer outra pena restritiva de direito, não se tratando de sanção substitutiva de regime, mas de condição especial para a concessão do regime aberto ao reeducando que necessitará de amparo enquanto estiver no período de folga – inteligência do art. 115, I, da LEP.

3. Habeas corpus *denegado*." (HC 499.571/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 12/08/2019; sem grifos no original.)

Conclui-se, desse modo, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da Execução, para que informe sobre o cumprimento da pena pelo Paciente.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora